

Artigos

Homo digitalis e as práticas de linguagem: do negacionismo ao “novo normal” na sociedade pandêmica

Homo digitalis and language practices: from denial to the “new normal” in pandemic society

Débora Hissa¹

RESUMO

Neste texto, discuto a formação discursiva negacionista em curso no cenário político-econômico da pandemia de Covid-19. O negacionismo se materializou em discursos concretos, criou instâncias de verdade e campos de realidade (Foucault, 1987) que atuam em redes digitais, criando subjetividades. Para descrever a estratégia discursiva do negacionismo, tomo como base a ideia de desmediatização e spamização (Han, 2017a e 2018); de câmara de eco (Mounk, 2019), de homo digitalis e “novo normal”, relacionando-as com a sociedade do desempenho (Han, 2017b). Reflito como a desmediatização, a liberdade de expressão e a falta de transparência, orquestradas nas câmaras de eco digitais, formam uma biopolítica (Foucault, 2008). Discuto também como os discursos negacionistas foram potencializados pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) e subverteram a ideia de liberdade (entendida como associal, autogerida, autocentrada, individualizada).

1. Universidade Estadual do Ceará - UECE. Fortaleza- Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6075-5585>. E-mail: debora.arruda@uece.br



This content is licensed under a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use and distribution, provided the original author and source are credited.

Por fim, trago o conceito de remediatização como uma exigência social no combate à infodemia e sua relação com a exotopia (Bakhtin, 2011). Este jogo enunciativo do “novo normal” revela outra forma de governamentalidade (Foucault, 1987), que culminam na precarização das condições de trabalho, travestida de flexibilização laboral.

Palavras-chave: negacionismo; desmediatização; spaminação; novo normal; exotopia.

ABSTRACT

In this text, I discuss the ongoing denial discursive formation in course in the political-economic scenario of the Covid-19 pandemic. Denialism materialized in concrete discourses, created instances of truth and fields of reality (Foucault, 1987) that act in digital networks, creating subjectivities. To describe the discursive strategy of denialism, I take as a basis the idea of demediation and spamination (Han, 2017a; 2018); of echo camera (Mounk, 2019), of homo digitalis and “new normal”, relating them to the society of performance (Han, 2017b). I reflect how demediation, freedom of expression and lack of transparency, orchestrated in digital echo cameras, form a biopolitics (Foucault, 2008). I also discuss how negationist discourses were enhanced by New Technologies of Information and Communication (NTICs) and subverted the idea of freedom (understood as asocial, self-managed, self-centered, individualized). Finally, I bring the concept of remediatization as a social requirement in the fight against infodemia and its relationship with exotopy (Bakhtin, 2011). This enunciative game of the “new normal” reveals another form of governmentality (Foucault, 1987), which culminates in the precariousness of working conditions, disguised as labor flexibility.

Keywords: denial; demediation; spamination; new normal; exotopy.

1. Negacionismo, desmediatização e spaminação no contexto da pandemia

Os rouxinóis pós-cartesianos não trinam porque querem expulsar os outros do seu espaço; *eles tweetam porque querem chamar a atenção* (Han, 2017)

Começo pelo fim. Fim do ciclo de lutas pela legitimação do discurso científico como forma de livrar da fogueira obscurantista aqueles e aquelas que enunciavam verdades empíricas. A Terra é redonda. O sol é o centro do universo. O homem é mais uma adaptação de uma espécie em constante mudança. A linguagem é marcada também pelo inconsciente. Vacinas salvam. Fim da história.

Começo de 2020. Início do século XXI. Pandemia. (Re)começo do ciclo de guerra proselitista pela deslegitimação do discurso científico como forma de livrar do ostracismo aqueles e aquelas que não enunciavam além de suas narrativas limítrofes marcadas peremptoriamente por uma “carência cognitiva”. A Terra é plana. Somos/sou o centro do universo. Somos/sou a obra final de Deus. A linguagem é marcada pelo transcendentalismo metafísico. Vacinas adoecem, matam. Nos matam. Começo da negação da história.

Fiz esta provocação alegórica logo no início do texto para marcar o avanço de uma dialética antitética negacionista que causou (e causa!) danos irreparáveis à humanidade. Somamos hoje² mais de 4,5 milhões de mortos pela Covid-19 no mundo em quase dois anos de pandemia³. No Brasil, foram quase 600 mil vidas findadas pelo vírus e ainda estamos no processo de (re)estabelecer uma nova ordem de discurso que seja disruptiva ao negacionismo difundido por quem exerce o poder de legislar, normatizar e governar a sociedade brasileira. Tal negacionismo⁴ se materializou em discursos concretos, criou instâncias de verdade e campos de realidade (Foucault, 1987) que atuam em rede,

2. Dados do dia 17/9/2021.

3. Segundo a Agência Brasil, o primeiro caso oficial de Covid-19 na China surgiu em dezembro de 2019 e foi vinculado ao mercado de frutos do mar de Huanan, em Wuhan. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2021-06/primeiro-caso-de-covid-19-pode-ter-surgido-na-china-em-outubro-de-2019>. Acesso em 16 de setembro de 2021.

4. “O negacionismo vai além de um boato ou fake news pontual. É um sistema de crenças que, sistematicamente, nega o conhecimento objetivo, a crítica pertinente, as evidências empíricas, o argumento lógico, as premissas de um debate público racional, e tem uma rede organizada de desinformação. Essa atitude sistemática e articulada de negação para ocultar interesses político-ideológicos muitas vezes escusos, que tem sua origem nos debates do Holocausto, é inédita no Brasil” (Napolitano, 2021). Cf. Negacionismo na pandemia: a virulência da ignorância. *Cultura e Sociedade*. Unicamp: Campinas. Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2021/04/14/negacionismo-na-pandemia-virulencia-da-ignorancia>. Acesso em 17 de setembro de 2021.

tanto hierárquicas como lateralizadas, e criam subjetividades que passam a considerar tais discursos de negação da realidade empírica como o modo adequado de objetivar (inter)ações.

Atualmente, no Brasil, a ordem do discurso (Foucault, 1996) está nas mãos de quem legitima a luta contra a ciência, as pesquisas, os dados, os fatos empíricos, as estatísticas e a tecnologia⁵. Esta ordem imposta como legítima configura um novo pacto social que (re)define a ideia de liberdade de expressão como uma lei individual própria, subjetiva, autônoma que não precisa ter relação com os discursos legitimados pela alteridade científica-acadêmica, pela intersubjetividade sociocultural, pela coletividade ou pela heteronímia. Hoje, em nosso país, há uma formação discursiva⁶ disruptiva em curso no cenário político-econômico que vem sendo desenvolvida com base numa bricolagem de narrativas egóicas de verdade, desempirismo e desmediatização.

A percepção de Han (2018) sobre a desmediatização me parece um ponto importante para desenrolarmos o fio do novo pacto social, desde a ideia de liberdade até a propagação cínica do negacionismo por aqueles que estão no poder atualmente. Desmediatizar seria uma ação estratégia da política neoliberal em que as informações divulgadas na mídia digital são caracterizadas como aquelas produzidas, enviadas e recebidas sem a mediação ou a curadoria dos tradicionais meios intermediários, ou seja, as mídias televisivas e as jornalísticas hegemônicas em dada sociedade. Porém, paradoxalmente, o que se propôs como um movimento contra hegemônico de democratizar a divulgação e circulação de informações passou a abalar a confiança nas fontes governamentais e institucionais, uma vez que, como explica

5. O dia 1º de agosto de 2021 foi marcado, no Brasil, por manifestações organizadas pelos apoiadores do atual presidente da república, em várias capitais do país, a favor da volta do voto impresso nas eleições brasileiras. A delirante insistência pelo retorno do voto impresso é hiper-estimulada pelo presidente que, sem suas costumeiras *lives*, transmitidas pelas redes sociais às quintas-feiras, repete teorias conspiratórias, inúmeras vezes combatidas pelo próprio Tribunal Superior Eleitoral, sobre a falta de credibilidade das urnas eletrônicas. Conferir mais informação em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/ato-provoto-impresso-no-domingo-e-nova-serie-de-protestos-contrabolsonaro-mantem-ruas-em-ebulicao.shtml>. Acesso em 15/9/21.

6. Para Foucault (1987), uma formação discursiva é uma matriz de produção de discursos que perpassa múltiplos âmbitos socioculturais.

Mounk (2019, p. 183), os políticos, desimpedidos das coibições do antigo sistema midiático, estão preparados para fazer “tudo que for necessário para serem eleitos: mentir, confundir, incitar o ódio contra os demais cidadãos”.

Dessa forma, a desmediatização passou a ter uma dinâmica paradoxal: enquanto beneficiava mais e mais pessoas a terem espaço e voz nas redes (outsiders), abrindo espaço para a democratização do pensamento e das ideias de vários grupos sociais, inclusive os subalternizados; também desencadeou a spaminação⁷, a infodemia⁸, desestabilizando instituições jornalísticas, científicas, midiáticas sérias e comprometidas com a divulgação de pesquisas e fatos. Isso significa que as forças centrípetas desencadeadas pela desmediatização, ao permitirem que as próprias pessoas fizessem a curadoria de suas fontes de informação, abriram o caminho para o surgimento das câmaras de eco (Mounk, 2019), restritas à eterna repetição autofágica dos mesmos enunciados discursivos proferidos pelos usuários das bolhas digitais na rede. É justamente nestas bolhas digitais que nascem os discursos negacionistas.

Numa situação em que qualquer coisa pode ser publicada, não só localmente, mas em nível mundial, a qualquer momento e em tempo real, buscam-se novas respostas para perguntas sobre onde é necessária a transparência absoluta e onde é preferível e viável restringir o acesso à informação e sua distribuição. (Coulmas, 2014, p. 179).

Me parece que outro ponto importante nesta reflexão sobre negacionismo é refletir acerca da ideia de liberdade de expressão e transparência

7. Este termo foi usado por Han, em seu livro *Topologia da Violência* (2017a, p. 9), ao fazer uma distinção entre a violência da negatividade e da positividade. Neste artigo, entendo spaminação como um processo de criação de spams, isto é, criação de pop-up, de mensagens virtuais enviadas a uma enorme quantidade de pessoas por bots (robôs que simulam ações humanas na web) que aparecem na tela do usuário, sem a sua permissão ou autorização, quando ele navega por site, blogs, rede sociais, etc. O spam geralmente traz mensagens comerciais, de compra e venda de produtos, promoções de serviços, porém muitas vezes ele veicula mensagens falsas de cunho político-ideológico. O spam causa incômodo e é pouquíssimo aceito pelos usuários – que quase nunca abrem as mensagens ou leem o conteúdo ali veiculado –, por isso que ele é enviado para um grande volume de pessoas em busca de pelo menos um percentual mínimo de acesso. Spam é o lixo virtual, aquilo que pode ser descartado, sem validade informacional.

8. Pandemia de informação (verdadeiras ou falsas) que circulam na web.

absoluta. Para Han (2017b) a transparência nos enunciados, como forma de eliminar toda ambivalência tácita da linguagem, é possível apenas em enunciados técnicos, formais, operacionais e puramente mecânicos. Segundo o filósofo coreano, é justamente a falta de transparência que mantém viva a relação disruptiva tanto no contexto real quanto no virtual. A partir dessa explicação, podemos pensar que seria então a desmediatização, a liberdade de expressão individualizada e a falta de transparência orquestradas nas câmaras de eco que formam a ordem discursiva da negação aos fatos empíricos.

Infelizmente hoje, no Brasil, o imperativo categórico da atual ordem política que está no poder é a negação. Negar o empirismo é o novo pacto sociodiscursivo de um governo autocrático que flerta com o fascismo. Negar os discursos legitimados por pesquisas e dados científicos é o verbo modal do negacionismo. Na cultura digital contemporânea, os discursos negacionistas⁹ foram potencializados pelas Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs), a partir de uma formação discursiva neoliberal, a qual subverteu a ideia de liberdade. Liberdade passou a ser entendida como associal, autogerida, autocentrada na/pela subjetividade individual.

A formação discursiva neoliberal toma como base de ponderação para a atividade de propagar a negação ao empirismo científico o custo-benefício que a divulgação de certos enunciados – com base na gestão do mercado de *views* – trará aos sujeitos. No neoliberalismo, o confronto com a racionalidade científica é legitimado pelo pacto social em jogo.

Se a grande bandeira do neoliberalismo é pensar em novas formas de governo que garantam liberdade individual, essas formas devem ser cada vez mais submetidas **a uma escolha do sujeito**, e nunca impostas a eles. Trata-se de uma escolha racional baseada em um cálculo custo-benefício. Em hipótese alguma a ideia de submissão ao governo por motivos morais seria compatível com a manutenção da liberdade individual acima da lei comum. (Silva Junior, 2020, p. 273. Grifo meu).

9. Em uma simples busca no Google, a palavra negacionismo aparece com quase 1,5 milhão de resultados de pesquisa, o que indica o alto índice de textos em língua portuguesa, em vários gêneros, que fazem alusão à discussão sobre negacionismo no Brasil.

A ideia de liberdade implícita na noção de sujeito neoliberal escamoteia a premissa civilizatória de submissão ética e moral à lei. Para este novo sujeito, o que vale é a vinculação afetiva de identificação discursiva valorada por seus iguais – ressignificando o estágio do espelho e a dialética do reconhecimento de Lacan (1998) – uma vez que só o ‘outro’ interrompe o autoespelhamento imaginário. Assim, podemos dizer que, no pacto estabelecido na formação discursiva neoliberal, o que é preconizado como liberdade individual se manifesta como coerção à liberdade de expressão, mesmo que tal liberdade implique em uma ruptura com a verdade. Há ganhos político-econômico neste jogo enunciativo de escolhas, o qual revela uma nova forma de governamentalidade (Foucault, 1987).

A ideia de um indivíduo autônomo, isolado – que toma decisões sem a interferência de ninguém – aparece nos discursos neoliberais esfuziantes, que superestimulam a capacidade de os sujeitos fazerem escolhas livres e independentes, “em uma interpretação da sociedade que reivindica para si o direito de cada um pensar e fazer o que bem entender” (Perez, 2016, p. 180). Esta explicação de liberdade como “fazer o que eu quiser” pode ser elucidada numa recém postagem¹⁰, feita pelo twitter, do presidente da Fundação Palmares¹¹, Sérgio Camargo (figura 1).

10. Data da postagem no twitter: 16/9/2021. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/09/17/instagram-desativa-perfil-sergio-camargo-promete-eliminar-contr-redes.htm>. Acesso em 17 de setembro de 2021.

11. Criada em agosto de 1988, pelo Governo Federal, a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cidadania, é a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/>. Acesso em 18 de setembro de 2021.

Figura 1 – Postagem negacionista do Presidente da Fundação Palmares

Nela podemos ver como a formação discursiva neoliberal se apropriou da NTICs (especialmente das redes sociais) e do processo de desmediatização – num contexto dêitico das câmaras de ecos, baseado no mercado de *views* e de *likes* – para negar premissas socialmente transgressoras e libertárias, advindas de uma longa história de luta de classes que permitiu a divulgação de fatos contra hegemônicos nas instituições de prestígio. A divulgação de novas premissas históricas reverbera tanto em políticas públicas mais inclusivas, quanto na criação de espaços governamentais de luta contra o racismo, como foi o caso da Fundação Palmares.

Pela postagem de Camargo, vemos uma estratégia discursiva típica de outsiders proselitistas, marcada pela (de)negação da história como uma nova forma de governamentalidade característica de governos autocráticos, que precisam inflamar sua bolha enunciativa até que ela entre em erupção e gere uma onda de (re)posts nas redes sociais contra ou a favor do enunciado de um outsider assecla. Esta forma de visibilidade configura-se um novo modo de olhar contemporâneo, que reverbera a ideia de autonomia sem submissão ética ou moral à lei, cuja obediência se reduz ao cálculo entre os benefícios políticos do negacionismo e os riscos punitivos que uma possível censura à “liberdade de expressão” pode causar. Tais discursos se coadunam com a construção de um sujeito do desempenho (Han, 2017b), o *homo digitalis* pós-moderno, que anda de mãos dadas com um sentimento de liberdade sem se dar conta da autocoerção que impôs a si mesmo ao imaginar-se livre.

2. O *homo digitalis* e o “novo normal” na sociedade do desempenho

Como os algoritmos estão tirando os humanos do mercado de trabalho, a riqueza e o poder se concentram nas mãos da minúscula elite que é proprietária desses algoritmos todo-poderosos, criando desigualdade social e política jamais vista. (Harari, 2016)

Depois de problematizar a questão do negacionismo e sua liberdade de expressão individualizada, voltada especialmente para as câmaras de eco – tendo os processos de desmediatização e spaminação¹² como topologia da formação discursiva neoliberal da cultura digital – reflito, nesta segunda seção, sobre os conceitos de *homo digitalis* e “novo normal”, relacionando-os com a sociedade do desempenho refletida por Han (2017b).

Tendo em vista que a origem da precarização do trabalho vem numa crescente desde a revolução industrial até os dias de hoje – com deslocamentos do trabalho material para o imaterial virtualizado, remoto e intermitente – o que caracterizaria então o *homo digitalis* em seus traços identitários e qual seria sua relação com a difundida ideia de “novo normal” no contexto intra-pandêmico? Quais são as cadeias significantes¹³ empreendidas no discurso que sustentam o *homo digitalis* enquanto unidade configurada e moldada socioculturalmente na cultura digital? Para responder estas questões, é importante compreendermos que, em menos de dois anos, superpomos, como camadas de bolo, múltiplas sociedades que se interconectam e se atravessam,

12. A spaminação não deriva da sociedade do desempenho e da desmediatização; ela lhes pertence fundamentalmente. Na spaminação não há os princípios do autor, do comentário e da disciplina (Foucault, 1996), pois ela se articula a um tipo de enunciação que é descartada pelos indivíduos ainda que demandada por eles e para eles. Sem o controle de tais princípios, a spaminação trabalha apenas com a forma de pop-up e não com o conteúdo de ‘valor de verdade’. Ela é quase sempre uma divulgação mercadológica difusa, simétrica e descartável, que insiste em penetrar na sala limpa do texto digital. No interior dos seus limites, o spam é sempre reconhecido como lixo indesejável que não cessa de se fazer presente.

13. “Discursos ou segmentos de frases articulados a partir de elementos significantes que não precisam ser verdadeiros, mas fazer efeito de sentido (imaginário) para as maiorias em identificações coletivas” (Perez, 2018, p. 175)

e isso tem impacto no “novo normal”. Éramos uma sociedade disciplinar (Foucault, 1987) quando fomos abocanhados violentamente pela sociedade do desempenho neoliberal e regurgitados pela sociedade da indignação gerida nas redes sociais no período de isolamento social pelo *homo digitalis*.

Sigamos o fio¹⁴ da timeline. Han (2017b), no seu ensaio sobre a sociedade do cansaço, nos conduz por esta mudança de sociedades. Ele explica que a sociedade disciplinar e os sujeitos da obediência foucaultianos já não dominam mais a sociedade atual. Para Han, hoje quem domina o cenário é a sociedade do desempenho e o sujeito da produção (empresário de si mesmo), ainda que as mudanças dessas sociedades apontem para a continuidade de um nível. Assim, sai o paradigma da disciplina e entra o paradigma do desempenho, e o inconsciente social do “eu devo fazer” troca o registro linguístico pela ideia de “eu posso fazer”. Sai o ‘dever’ e entra o ‘poder’. Porém, por se tratar de sociedades em níveis de continuidade, o *poder* não cancela o *dever*, portanto o sujeito do desempenho continua disciplinado.

Esta disciplinaridade do sujeito do desempenho ganha um verniz de liberdade e autonomia que, como já problematizei, se atualiza em coerção por produtividade e flexibilidade, cuja premissa ética de pensar a razão humana a partir de uma exigência moral social foi drasticamente alterada pelo neoliberalismo. A ideia de liberdade individualizada sem submissão ao outro ou à sociedade se internaliza no sujeito do desempenho de tal modo que ele se vê como um indivíduo independente dos outros, não submetido a nenhuma norma, desmediatizado, livre de coerções regulamentadas. Ele está submisso apenas a si mesmo; preso à livre autoc coerção.

O *homo digitalis*, içado pelo mercado como um sujeito de vanguarda (criativo, colaborativo, flexível, empreendedor, inovador) mordeu a isca da liberdade de coerção institucionalizada e da autogestão do seu tempo/trabalho, e se viu, nestes últimos dois anos de trabalho remoto, adoecido por sua autoexploração. Autoexploração é o grande golpe

14. Alusão à expressão “Siga o fio” utilizada pelos usuários do twitter para dizer ao leitor que haverá mais postagens sobre o tema que está sendo tratado no tweet-base. A expressão siga o fio foi uma estratégia discursiva tomada pelos usuários do twitter para burlar a restrição de espaço imposta por esta rede social (no máximo 280 caracteres). Os tweets subsequentes se dispõem na tela como nós linkados de comentários do próprio autor do tweet, como um fio de varal de roupas alinhadas que precisam também ganhar lugar ao sol.

do mercado neoliberal na sociedade do desempenho, pois ela é muito mais eficiente que uma exploração do/pelo outro, tendo em vista que caminha de mãos dadas com a sensação de liberdade.

O explorador é ao mesmo tempo o explorado. Agressor e vítima não podem ser mais distinguidos. Essa autor-referencialidade gera uma liberdade paradoxal que, em virtude das estruturas coercitivas que lhe são inerentes, se transforma em violência. Os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho são precisamente as manifestações patológicas dessa liberdade paradoxal (Han, 2017b, p. 30).

O *homo digitalis* mergulhado na pandemia é fruto de uma fase histórica e extremamente danosa para a sociedade mundial. A ideia de trabalho remoto como “liberdade” nos mostrou que atualmente liberdade é sinônimo de coação. Antes da pandemia, nos expúnhamos em redes sociais, como Facebook, Instagram, Twitter, e com isso nos tornamos mercadorias. Durante a pandemia, nos expomos, de dentro de nossas casas, em redes digitais laborais, como Google Meet, Zoom, Skype, num aglomerado higienizado de corpos que não se reúnem, não constituem uma massa, uma comunidade, um ‘nós’; e sim seres isolados, calcados na ideia esfuziante de singularidade, diante de telas. Separados, nos despolitizamos e entramos numa lógica radicalmente competitiva na qual habilidades e competências são julgadas por todos em tempo “real”, muitas vezes no recôndito dos nossos lares. No “novo normal”, nosso último refúgio – o lar – se digitalizou, e as 8 horas de trabalho semanal se virtualizaram em horas de trabalho intermitente.

O que o *homo digitalis* está presenciando com o trabalho remoto e o “novo normal” é uma intensificação e ampliação de modos de extração do sobretrabalho, como resultado de sofisticadas ferramentas e recursos digitais que “facilitam” nossas inter-relações a distância e “permitem” que estejamos presentes na ausência. Tais ferramentas, cedidas por grandes corporações internacionais, exigem do *homo digitalis* uma frenética atualização dos conhecimentos, gerando uma delirante demanda por novas qualificações, habilidades e competências cada vez mais sofisticadas para se manter no/com trabalho¹⁵.

15. Tratei sobre habilidades e competências cada vez mais sofisticadas exigidas para os professores, sobretudo em tempos de ensino remoto, no artigo “O letramento digital e a docência”. Cf. Hissa (2021).

Compreendo que *homo digitalis* e “novo normal” se inter-relacionam numa articulação simbólica inscrita na linguagem e no consequente processo de identificação e reconfiguração, que foi organizado em torno de uma demanda biopolítica (Foucault, 2008). A biopolítica, descrita por Foucault como tecnologia do poder, lida não com marcos civilizatórios, mas sim com marcos regulatórios da vida das populações. Ela cria esferas de verdade e regimes de aceitabilidade para as populações e, partir daí, estruturas são montadas de forma tal que os sujeitos passam a considerá-las como naturais, como normais. Esta ideia basilar de biopolítica me parece interessante para iniciar a reflexão sobre o “novo normal”.

Como percebemos, o adjetivo ‘novo’ que acompanha o substantivo ‘normal’ criou uma nova forma de construir sentido, marcado pelo contexto político-histórico que deu origem a novas maneiras de viver no contexto da Covid-19. Casamentos, criação dos filhos, trabalho, lazer, religião, saúde mental e física foram bastante modificados pelas novas normalidades durante a pandemia. Tais normalidades se impuseram como necessidades sanitárias urgentes e indelévels, o que ocasionou um efeito rebote em nossa psique.

Na pandemia, diferentes populações mundiais tiveram que “reprimir a diversidade dos seus encaminhamentos pulsionais para se identificar e pertencer ao coletivo que contém e dá sentido aos seus sentimentos, emoções e afetos” (Perez, 2018, p. 182) e, desse modo, encontrar reconhecimento social. Por pertencer ao coletivo que lhe dá identidade, o *homo digitalis* se reconhece fazendo parte de algo maior, algo em prol da população geral, e é justamente assim que o “novo normal” se mostra como edificante e apaziguador. Esta biopolítica do “novo normal” impõe regimes de repressão autogeridos que culminam em uma precarização das condições de trabalho travestida de flexibilização laboral.

Isso significa que a biopolítica gestada na pandemia também opera com dispositivos que fazem as populações viverem de uma determinada forma. Novos estilos de vida (*lockdown*, *home office*, ensino remoto) e novos hábitos sanitários e inter-pessoais foram especialmente regulados pela cultura digital, o que impactou a nossa existência, a nossa sobrevivência, a nossa saúde, o nosso trabalho, e sobretudo a nossa forma de nos relacionar com os outros. Tudo isso é fruto de uma biopolítica advinda da pandemia.

Esta influência da cultura digital, exercida sobre nós, *homo digitalis*, durante a pandemia, modificou o cotidiano das populações de tal forma que obrigou a classe média brasileira a viver, interagir e subjetivar com a ideia de “novo normal¹⁶”. Tal ideia virou um *modus operandi* exequível da sociedade brasileira, cuja organização do território (agora virtualizado) esteve igualmente submetida à especulação e à segregação; a novos comportamentos e hábitos. Se pensarmos em uma população mais marginalizada, subalternizada, veremos que a ausência desses recursos tecnológicos determinou outras formas de vida, ou melhor, imprimiu outros modos de sobrevivência. Assim, podemos concluir que, na biopolítica da cultura digital pandêmica, o acesso (ou não) às NTICs operou como dispositivo regulatório e segregador das populações.

Em resumo, a ideia de “novo normal”, vendida pelo mercado como uma abnegação social necessária – demandada ao *homo digitalis*, foi normatizada com base no confinamento e nas medidas sanitárias exigidas pelos governos estaduais para frear a pandemia de Covid-19. Tal narrativa de normalidade foi desenvolvida por meio de diversas práticas discursivas veiculadas, especialmente, nas redes sociais. O “novo normal” semantizou-se como bom esquema de trabalho, bom modelo de interação, de modo que sequer refletimos acerca da precarização laboral a que tais condutas nos submetem, uma vez que, isolados pelas telas dos dispositivos digitais, estamos nos acostumando a não termos mais sociabilidade, e é desse modo que o capitalismo informacional e digital aprimora sua engenharia de dominação (Antunes, 2020).

3. Remediatização e exotopia na sociedade da indignação

Por seu conteúdo primário e positivo conceitual, a “modernidade” é emancipação racional. A emancipação como “saída” da imaturidade através de um esforço da razão como processo crítico, que abre a Humanidade a um novo desenvolvimento histórico do ser humano.
(Dussel, 1993)

16. Em uma simples busca no Google, veremos que a expressão “novo normal” aparece mais de um milhão de vezes em textos e publicações na rede.

Nesta terceira seção, reflito sobre um movimento que tem surgido com muita ênfase nestes tempos de pandemia: a luta da sociedade civil para que haja um controle daquilo que é postado na web por parte não só das instituições jurídicas, mas, e sobretudo, das empresas responsáveis pelas redes sociais de alcance mundial, como o Instagram, o Facebook e o Twitter. Chamo este movimento de *remediatização*, a fim de fazer um contraponto dialético com a desmediatização proposta por Han (2018). Trata-se de uma exigência de uma atitude responsiva¹⁷ (Bakhtin, 2011) das corporações internacionais que gerenciam as redes sociais, no que se refere ao controle sobre as informações que são hiperdivulgadas e hiperconsumidas por meio das mídias digitais.

O processo de remediatização aparece como uma exigência social tanto no combate à infodemia, ao negacionismo, à spaminação, quanto no resgate da confiança nas fontes governamentais (oficiais e certificadas), nos discursos científicos e acadêmicos, nas fontes de pesquisas e estatísticas. A remediatização se ancora na transparência técnica algorítmica e na curadoria digital especializada por meio da dadificação¹⁸ e do Big Data (Buzato, 2018) para lutar contra conteúdos ilegais, prevenir falácias ideológicas perversas, combater a interferência autocrática de governos extremistas e as blasfêmias divulgadas por outsiders incendiários. Tal combate advém de uma sociedade da indignação (Han, 2018).

A forma como o Big Data traz ao mundo, visualmente, fenômenos totalmente estranhos à nossa experiência, mas que são estatisticamente inquestionáveis e, portanto, podem ser usados para estabelecer novas ontologias, o que implica a abertura de novos fronts políticos, como tem acontecido, por exemplo, com o aquecimento global, um fenômeno tipicamente constituído a partir do uso de Big Data nas pesquisas sobre ciências atmosféricas (Buzato, 2018, p. 90).

Como forma de estabelecer novas ontologias, abrem-se novos fronts políticos organizados por grupos de pessoas capazes de se mo-

17. Ao fazer referência à atitude responsiva bakhtiniana, parto da noção de dialogismo – discurso constituído na e pela interação com os outros discursos; e de responsividade – todo enunciado se organiza como resposta a outros enunciados, reais ou virtuais, em circulação no contexto discursivo.

18. Segundo Buzato (2018, p. 83), dadificação é a coleta, manipulação e representação, para “extração de conhecimento”, de volumes astronômicos de dados digitais (Big Data) sobre o cotidiano do cidadão.

bilizar e se organizar rapidamente e de modo coordenado por meio das NTICs, criando-se ondas de indignação eficientes para mobilizar e compactar atenção (Han, 2018). A remediação seria um fenômeno gerido nestas ondas de indignação, frequentemente vistas como contra fluxo de discursos políticos negacionistas ou falaciosos. Como front político usado pela sociedade da indignação, a atitude responsiva implicada na remediação tem surtido efeito¹⁹.

Voltemos ao caso da postagem, feita originalmente pelo Instagram e publicada também no Twitter, de Sérgio Camargo (cf. figura 1). Depois que o presidente da Fundação Palmares postou que a escravidão do “negro pelo negro é uma instituição imemorial da África”, e que Zumbi teria escravizado negros no Quilombo dos Palmares, houve uma rápida atitude responsiva do Instagram, muito provavelmente auxiliada por atores humanos e não humanos (robôs), de retirar a postagem do ar e desativar a conta de Camargo. Na figura 2, vemos como o processo de remediação e o de desmetiatização se relacionam diretamente com a ideia de liberdade de expressão e censura, ambas sequestradas e transfiguradas por outsiders políticos partidários que lutam por aplausos em suas câmaras de eco.

19. Como exemplo de remediação, temos a suspensão permanente feita pelo Twitter da conta do ex-presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, no dia 8 de janeiro de 2021. A suspensão se deu devido “ao risco de mais incitamento à violência”. Segundo matéria do El País, a rede social já havia suspenso a conta do presidente por 12 horas após os incidentes ocorridos no Capitólio no dia 6 de janeiro. Neste dia, “centenas de manifestantes invadiram o prédio para impedir a sessão do Congresso em que o democrata Joe Biden seria confirmado como o vencedor da eleição de 2020 e presidente eleito dos Estados Unidos. O Twitter acusou o presidente de instigar os incidentes e suspendeu a conta dois dias depois”. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/tecnologia/2021-01-09/twitter-suspende-permanentemente-a-conta-de-trump.html>. Acesso em: 20/9/2021.

Figura 2 – Efeito da remediização em postagem de Sérgio Camargo nas redes sociais



Pela postagem, vê-se que a remediização digital é um processo temporal que marca o presente imediato (Han, 2018), ou seja, marca a atividade de curadores digitais (algorítmicos e/ou humanos) especializados na rápida retirada de enunciados empiricamente e estatisticamente questionáveis, os quais causam sérios danos à sociedade pós-moderna. Pela figura 2, vemos que Camargo busca a reparação do seu direito à “liberdade de expressão” em nome de uma luta contra a censura. Para isso, ele vai a instâncias jurídicas, a fim de resgatar seu direito de dizer “o que bem entender” e exige que a Justiça faça a (re) mediação de tal direito com base na lei de liberdade de expressão²⁰.

Para elaborar este conflito entre liberdade de expressão, controle, censura, negacionismo, desmetiatização e remediização como demandas marcadamente elucidadas neste período de pandemia, tomo a discussão sobre exotopia, com base nas ideias de Bakhtin (2011), como fundamentação. Como sabemos, a linguagem, concreta em seu uso real, tem propriedade de ser dialógica. Essa propriedade dialógica perpassa inevitavelmente a palavra do outro, uma vez que o enunciador, para construir um enunciado, leva em conta o discurso do outro que está

20. Lei 5250, de 9 de fevereiro de 1967, capítulo 1, art 1º: *É livre a manifestação do pensamento e a procura, o recebimento e a difusão de informações ou ideias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.* Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15250.htm. Acesso em 20 de setembro de 2021.

presente no seu próprio enunciado. Esse dialogismo, entretanto, não pode ser entendido em termo de relações lógicas ou semânticas, tendo em vista que o diálogo no discurso é revelado a partir das posições dos sujeitos sociais e de seus pontos de vista acerca da realidade.

Podemos dizer assim que a relação eu-outro enfatiza o sujeito como um ser social, conferindo à categoria de alteridade um pressuposto de parte constituinte do “eu” – como seu antecedente obrigatório e seu referente necessário. Logo, no processo discursivo de interação de enunciados, se estabelece uma alteridade, isto é, o intercâmbio entre sujeitos que intervêm na situação discursiva. Entre esses sujeitos, pode ser identificada uma diferença (heterogeneidade) e uma possibilidade de exterioridade na relação consigo mesmo, quando o próprio sujeito também se encontra fora (exotopia).

Essa possibilidade de exterioridade seria o que Bakhtin (2011, p. 21) chama de excedente de visão²¹. Bakhtin esclarece que o excedente de visão é condicionado pela singularidade e pela insubstituibilidade do lugar do sujeito no mundo, uma vez que, nesse momento e nesse lugar, o sujeito é o único que está situado em relação a um conjunto de circunstâncias, e todos os outros estão fora. Para o autor, o excedente de visão que um sujeito tem em relação a outro indivíduo condiciona certa esfera de um ativismo exclusivo, compreendido como ações internas ou externas praticadas em relação ao outro, inacessíveis no lugar que o outro ocupa fora de si.

Para exemplificar como a exotopia pode fundamentar a remediatição e problematizar a ideia de liberdade de expressão individualizada que muitos negacionistas – formatados no atual governo brasileiro – defendem, trago como exemplo a recém atividade responsiva empreendida plena ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal. Weber suspendeu²² os efeitos da Medida Provisória²³, editada por Jair

21. Excedente de visão foi traduzida por Todorov (1991) como “exotopia”, ou seja, como a capacidade de se colocar fora da posição hermenêutica dada a si com a finalidade de apreender um ponto de vista distanciado. Do ponto de vista da exotopia, a criação estética é um exemplo particularmente realizado de uma classe da relação humana: aquela na qual uma das duas pessoas se envolve completamente com a outra e por isso mesmo a alcança e a dota de sentido (Todorov, 1991, p. 74).

22. A suspensão da Medida Provisória se deu na noite do dia 14 de setembro de 2021.

23. A MP, assinada por Jair Bolsonaro às vésperas dos atos contra o Supremo Tribunal

Bolsonaro, que alterava pontos do Marco Civil da internet e dificultava que plataformas retirassem do ar conteúdos que ferissem suas regras de uso (como a publicação de postagens falaciosas). A Medida Provisória de Bolsonaro regularizava, em franco paradoxo, o processo de desmediatização [isto é, regularizava o descontrole, a desregulamentação, a não curadoria feita pelas mídias e instituições], enquanto a suspensão dos efeitos de tal MP decidida por Weber marca o processo de remediatização como legítimo e necessário para a democracia.

Figura 3 – Suspensão da Medida Provisória por Rosa Weber



Tomando como base a concepção de exotopia, percebe-se que as ações de desmediatizar e remediatar completam-se e se retroalimentam justamente naqueles elementos em que uma ou outra não pode se completar. Vale lembrar, porém, que, em uma sociedade de indignação, embora essas ações possam ser lidas de formas muito variadas, em função da infinita diversidade de situações da vida em que os sujeitos se encontram em determinado momento, o excedente de visão existe e sua composição tende a uma constância estável, a qual organiza as inter-relações sociais e políticas.

(...) urge que o excedente de minha visão complete o horizonte do outro indivíduo contemplado sem perder a originalidade deste. Eu devo entrar em empatia com esse outro indivíduo, ver axiologicamente o mundo dentro dele tal qual ele o vê, colocar-me no lugar dele e, depois, de ter retornado ao meu lugar, completar o horizonte dele com o excedente de visão que desse meu lugar se descortina fora dele, convertê-lo, criar para ele um ambiente concludente a partir desse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha vontade e do meu sentimento. (Bakhtin, 2011, p. 23).

Federal no 7 de setembro, foi vista como uma forma de dificultar o combate às fake news. Cf. em <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/rosa-weber-suspende-mp-que-dificultava-combate-as-fake-news/>. Acesso em 16 de setembro de 2021.

Dessa forma, nota-se que Rosa Weber, ao atuar sobre o processo de regulação da desmetiadização imposto por Bolsonaro à remediação das fake news, atribui sentido jurídico, verossimilhança às demandas sociais, e inscreve o discurso político em seu próprio espaço de significação, isto é, no espaço democrático de direito. Logo, é possível dizer que a exotopia atua como um atravessamento intencional pelo “outro”, o qual intervém naquilo que aparentemente é estranho, externo, rompendo fronteiras e limites entre o que está dentro e fora de uma sociedade civil.

Por isso a ideia de liberdade de expressão individualiza, inconsequente, que muitos outsiders políticos apregoam como direito do ser humano, à luz do discurso neoliberal, merece ser fortemente problematizada. Os sujeitos políticos, para se tornarem seres sociais, precisam se inter-relacionar com o outro, constituindo o dialogismo como uma ontologia. Essa orientação dialógica pressupõe a relação entre eu e o outro, e essa relação é incontornável. Nunca o sujeito está só no mundo e “a presença desse outro é inevitável e inelutável, forçando-me a com ele dialogar, a ele responder, refutar, criticar, acompanhar e interagir” (Fanini, 2015, p. 18). A linguagem é, em sua essencialidade, um processo dialógico dado por intermédio de relações intersubjetivas, por conseguinte identidade, exotopia e alteridade são entendidas como conceitos interdependentes e complementares.

Vejamos um último exemplo em que a relação interioridade e exterioridade se dão peremptoriamente no contexto atual de embates e lutas políticas. Trata-se de mais uma remediação orquestrada pela Justiça brasileira contra discursos partidários empiricamente e socialmente questionáveis. Tal regulação discursiva não se trata apenas de uma vil disputa de poder entre os interlocutores, que têm como base um código compartilhado e um consenso de sentido, e sim de uma tensão constante de responsividade enunciativa de vozes sociais distintas, cada uma com sua própria posição axiológica a respeito do enunciado e do contexto de interação. Essa posição axiológica e esse contexto de interação refletem, por sua vez, diretamente no sentido do enunciado e nas implicações sociais que formam e reconfiguram subjetividades.

Figura 4 – Liminar ao ato institucional atentatório contra Paulo Freire

Ao deferir, em caráter de urgência, uma liminar que proíbe o Governo Federal praticar “qualquer ato institucional atentatório à dignidade do professor Paulo Freire²⁴”, a juíza Geraldine Vital, atendendo ao pedido do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)²⁵, mostra o fundamento da reflexão bakhtiniana. Nela, todos os nossos enunciados são plenos de palavras dos outros em graus variados de alteridade ou de assimilaridade e de relevância, e as palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo, que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos sobretudo nas redes sociais. Assim, no jogo de liberdade de expressão individualizada – travestido muitas vezes de direito constitucional – todo enunciado concreto é também um elo na cadeia de comunicação discursiva de um determinado campo em que os próprios limites do enunciado são determinados pela alternância dos sujeitos do discurso.

Por isso, socialmente, os enunciados não são um vale-tudo inconsequente; não são, pois, indiferentes entre si – nem se bastam cada um a si mesmo. Uns conhecem os outros e se refletem mutuamente uns-nos-outros. São justamente esses reflexos mútuos que definem as características dos enunciados, em que cada um “é pleno de ecos e ressonâncias de outros enunciados com os quais está ligado pela identidade da esfera de comunicação discursiva” (Bakhtin, 2011, p. 297). É nessa cadeia sequencial de argumentação que Bakhtin afirma que cada enunciado deve ser visto, antes de tudo, como uma resposta

24. O educador, filósofo, pedagogo, professor, pensador, patrono da educação brasileira, Paulo Freire completaria 100 anos no dia 19 de setembro de 2021. O centenário de Paulo Freire foi comemorado em todas as capitais do Brasil e em muitos lugares no mundo.

25. Conferir a reportagem completa em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/09/17/justica-atentar-contra-dignidade-paulo-freire-educador-patrono-educacao.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

aos enunciados precedentes de um determinado campo, resposta essa que irá rejeitá-los, confirmá-los, completá-los etc. Assim é impossível alguém definir sua posição sem correlacioná-la com outras posições.

Conclusões

Como vimos, a ideia de liberdade de expressão na atualidade dos nossos dias precisa ser mais bem discutida, inclusive pelos linguistas. Do ponto de vista psicanalítico, para a economia psíquica, a agressividade – propagada por enunciados negacionistas daqueles que estão hoje no poder – revela, tacitamente, o pacto entre o discurso neoliberal e as novas formas de violência, marcadas pela gratuidade do mal que tem pontuado nossa história (Silva Junior, 2020). Me parece que a ideia de liberdade individualizada, basilar para neoliberalismo, reconfigurou frontalmente a prospecção dialógica do *eu-outro* (Bakhtin, 2011), implicada na premissa de liberdade de expressão (exotópica), e se redefiniu no discurso negacionista como impermeável à alteridade, revelando o *eu-para-os meus*.

A sociedade de hoje se esquiva das proibições e das ordens em nome de uma liberdade de expressão individualizada. É neste cenário ufanista de luta contra as instituições jurídicas, científicas e acadêmicas que os discursos negacionistas são geridos com ajuda de atores humanos e não humanos (algorítmicos) que atuam nas redes digitais. Nos discursos negacionistas, as NTICs são usadas como dispositivos de spamização (Han, 2017a), isto é, como ferramentas de disseminação do lixo da comunicação e da linguagem.

Com o auxílio de NTICs, a informação não é mais nem comunicativa nem informativa, uma vez que passa por um processo que depaupera os enunciados como lixo que se acumula nas redes sociais polarizadas e nucleares. O spam da linguagem des-in-forma, des-comunica. Ele “anuncia-se no espaço escancarado da rede para chamar a atenção do outro” (Han, 2017a, p. 219) por meio de um design de *pop-up* que constrange, incomoda, aborrece, mas não para de se inscrever nas redes virtuais, como erva daninha fertilizada em solo neoliberal.

A spaminação como processo de reconfiguração do negacionismo implica uma nova cosmovisão sobre os eventos discursivos (inter)me-

diados na/pela rede. Uma nova topologia está em curso na gramática dos sujeitos discursivos que têm o poder de executar leis, normas, decretos e ela é marcada por construções de uma realidade que descolam da realidade empírica revelada pelos dados e pelas pesquisas científicas.

O jogo enunciativo é simples: quanto maior for o descolamento da realidade publicada nas redes, maior será o catalisador de atenção por parte de mídia, das instituições e da população em geral. Ganha aquele que, diante das peças de xadrez, usar o crucifixo do messias, do salvador, em uma partida onde todos os competidores já perderam. Trata-se de uma nova epistemologia que escamoteia toda a ética, moralidade, cientificidade em nome de uma proto-ressignificação de “os fins justificam os meios”.

Com base nesta nova cosmovisão e topologia, rompe-se o pacto social com o discurso científico, o que gera uma nova forma de violência física e psíquica, tão nitidamente percebida no contexto pandêmico em que estamos inseridos. Estas formas de violência são marcadas pela boçalidade do mal²⁶ que tem pontuado a nossa história recente. A crueldade e a agressividade são legitimadas (e incentivadas) pelo pacto social neoliberal em jogo e constrói formas discursivas de verdade para o consumo e descarte (spaminização) em nome de uma liberdade de expressão inconsequente, cujas consequência são sentidas na prática, e causam uma pandemia²⁷ de desinformação e descomunicação.

26. Tomo emprestado aqui a expressão *boçalidade do mal*, usada pela jornalista Eliane Brum, em uma matéria publicada do jornal El País (março/2015), em alusão ao termo ‘banalidade do mal’, consagrado pela filósofa Hannah Arendt. Para Eliane Brum, a boçalidade do mal é um fenômeno gerado pela experiência da internet (ou pelo menos ligado a ela). “Desde que as redes sociais abriram a possibilidade de que cada um expressasse livremente, digamos, o seu ‘eu mais profundo’, a sua ‘verdade mais intrínseca’, descobrimos a extensão da cloaca humana. Quebrou-se ali um pilar fundamental da convivência” (Brum, 2015). Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/02/opinion/1425304702_871738.html. Acesso em 15/9/21.

27. A Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou uma nova plataforma de informação chamada EPI-WIN: WHO Information Network for Epidemics (<https://www.who.int/teams/risk-communication>) logo após a Covid-19 ser declarada uma Emergência de Saúde Pública de preocupação internacional. A plataforma teve como objetivo compartilhar informações seguras e precisas sobre a Covid-19 a fim de combater o risco de uma infodemia, ou seja, de uma pandemia de informações falsas que pudessem causar sérios danos à sociedade mundial (<https://www.who.int/teams/risk-communication/infodemic-management>), o que, infelizmente, tornou-se realidade. Cf. ZAROCOSTAS, J. (2020). How to fight an infodemic. *The Lancet*, v. 395, n. 10225.

Conflito de interesses

O(A) autor(a) declara não ter qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo e assume responsabilidade total pelo conteúdo do artigo.

Contribuição dos autores

Eu, Débora Liberato Arruda Hissa, declaro, para os devidos fins, que não tenho qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo. Eu desenvolvi os conceitos e as reflexões problematizadas no artigo, de base teórica, a partir de leitura dos textos referendados, dos artigos de domínio público e das reportagens midiáticas, ambos presentes nas referências do texto. Portanto aprovo a versão final do manuscrito e sou responsável por todos os aspectos, incluindo a garantia de sua veracidade e integridade.

Referências

- Antunes, R. (2020). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2nd ed. São Paulo: Boitempo.
- Bakhtin, M. (2011). *Estética da criação verbal*. 6nd ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Buzato, M. E. K. (2018). Dadificação, visualização e leitura do mundo: quem fala por nós quando os números falam por si? *Revista Linguagem em Foco*, 10(1), 83-92.
- Coulmas, F. (2014). *Sociedade e Escrita*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Dussel, E. (1993). *1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Fanini, A. (2015). Embate dialógico entre leitura e escrita: manifestação de uma ética da ação discursiva a partir do Círculo bakhtiniano. *Bakhtiniana*, 10(2), 17-35. <http://dx.doi.org/10.1590/2176-457322177>
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 20nd ed. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1996). *A ordem do discurso*. 3nd ed. São Paulo: Edições Loyola.
- _____. (2008). *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Han, B. (2017a). *Topologia da violência*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2017b). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (2018). *No enxame: perspectivas do digital*. Petrópolis: Vozes.
- Harari, Y. (2016). *Homo Deus: uma breve história do amanhã*. São Paulo: Companhia da Letras.
- Hissa, D. (2021). O Letramento Digital e a docência. *Olhares & Trilhas*. 23 (2), 484-503. <https://doi.org/10.14393/OT2021v23.n.2.60099>

- Lacan, J. (1998). O estágio do espelho como formador da função do eu tal como nos revela a experiência psicanalítica. In: Lacan, J. *Escritos*, (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Mouk, Y. (2019). *O povo contra a democracia: por que a nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo: Companhia da Letras.
- Perez, D. (2016). A identificação, o sujeito e a realidade. Uma abordagem entre a filosofia kantiana e a psicanálise freudiano-lacanian. *Sofia*, 6(1), 162-210. <https://doi.org/10.47456/sofia.v%25vi%25i.13965>
- _____. (2018). O populismo, a massa e a afetividade. *Conjectura: filosofia e educação*, 23 (spe), 171-196.
- Silva Junior, N. (2020). O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico, pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?”, de Jair Bolsonaro. In: V. Safatle, N. Silva Junior & C. Dunker (Eds.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 255-282). São Paulo: Autêntica.
- Todorov, T. (1991). *Crítica de la crítica*. Argentina: Paidós.
- Zarocostas, J. (2020). How to fight an infodemic. *The Lancet*, 395 (10225).

Recebido em: 22/09/2021

Aprovado em: 05/10/2021